

Agenda do Congresso Nacional: 10 a 14 de novembro de 2025

10.11.2025 9 minutos de leitura

Autores

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Este conteúdo é parte do Informativo **BMA no Congresso**. Semanalmente, montamos a agenda da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com os principais eventos do **Congresso Nacional**. Nosso time de **Relações Governamentais** está à disposição caso necessite de mais informações.

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

Informativos Agenda do

Congresso Nacional Relações

Governamentais

SEGUNDA-FEIRA

14h

- **Comissão Especial sobre Regulamentação dos Trabalhadores por App (PLP 152/25)**, com seminário sobre o tema "Vozes da Rua: Regulamentação do Serviço de Transporte Plataformizado".
CÂMARA DOS DEPUTADOS

14h26

- **Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6x1 (CTRAB/SUBJORNA)**, com seminário sobre o tema "Debate sobre a escala de trabalho 6x1".
CÂMARA DOS DEPUTADOS

15h

- **Comissão de Saúde (CSAUDE)**, com audiência pública sobre o tema "Terceirização e vínculos precários e seus impactos na saúde".
CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA

9h

- **Comissão de Serviços de Infraestrutura**, deliberação do **PL 1830/2025**, que "altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil. Na pauta, também está o **PDL 319/2025**, que "susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a

modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004".

SENADO FEDERAL

13h55

- **Plenário da Câmara dos Deputados**, para deliberação do **PL 4331/2025**, que "altera a Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, aumenta a destinação da arrecadação com jogos de apostas de quota fixa (bets) para o financiamento da segurança pública, e dá outras providências". Na pauta, também está o **PLP 124/2022**, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira". A deliberação se estenderá ao **PL 6234/2019**, que "dispõe sobre o registro da transmissão direta, mediante ato oneroso, de bens imóveis vinculados à exploração do serviço de energia elétrica, entre delegatárias de serviços de energia elétrica, e dá outras providências".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14h

- **Comissão de Defesa do Consumidor**, para audiência pública interativa sobre "BETs e apostas esportivas".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

15h

- **Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309/2025**, que "institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020".

SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA

9h

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, em reunião extraordinária para apreciação do nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

SENADO FEDERAL

- **Comissão de Defesa do Consumidor**, para deliberação do **PL 3.592/2020**, que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências". A deliberação se estenderá ao **PL 533/2019**, que "acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil", cuja justificativa é "estabelecer na lei o conceito da pretensão resistida, que consiste na demonstração de que o autor da ação procurou resolver o conflito antes de demandar o Judiciário". Também será deliberado o **PL 987/2022**, que "permite o enchimento fracionado de botijões de gás de cozinha no Brasil, quebra o oligopólio e a cartelização do setor e estabelece o livre mercado, que favorecerá a redução dos preços do gás de cozinha, favorecendo o povo brasileiro". Igualmente, o **PL 4.969/2024**, que "altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), para permitir a homologação e a produção de efeitos, no Brasil, de ações civis públicas estrangeiras e decisões relacionadas a direitos dos consumidores, com o objetivo de assegurar proteção isonômica aos consumidores brasileiros no contexto das relações globais de consumo". Ainda, o **PL 2.464/2025**, que "dispõe sobre a regulamentação e limitação de depósitos a usuários de casas e plataformas de apostas online e dá outras providências".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Finanças e Tributação**, para deliberação do **PLP 109/2025**, que "dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal". A deliberação se estenderá ao **PLP 182/2025**, que "dispõe sobre a redução linear de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa". Também será deliberado o **PL 3453/2008**, que "altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo". Do mesmo modo, está na pauta o **PL 3491/2015**, que "cria a Zona Franca de Rio Branco, Estado do Acre".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, para deliberação do **PL 2095/2020**, que "altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estipular a suspensão e interrupção de prazos em decorrência de caso fortuito ou força maior".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico**, para deliberação do **PL 4989/2023**, que "altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Será deliberado também o **PL 5809/2016**, que "altera o art. 81 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 -

Lei de Falências, a fim de estabelecer tratamento diferenciado à Micro e Pequenas Empresas". A deliberação incluirá o **PL 4277/2019**, que "altera disposições sobre o reembolso aos acionistas dissidentes em relação a deliberações em assembleia geral". Ainda, a pauta contém o **PL 5599/2020**, que "altera a redação do art. 83; acrescenta § 1º, 2º e 3º ao texto do art. 80 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997", conhecida como a Lei do Petróleo. A justificativa do Projeto "refere-se ao hiato jurídicoadministrativo existente para os pagamentos de royalties de exploração de xisto betuminoso com a finalidade de produção de petróleo e gás". Igualmente, há o **PL 1348/2025**, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção das atividades em território nacional por prazo mínimo para pessoas jurídicas beneficiárias de incentivos ou benefícios federais de natureza tributária". Na pauta, também está o **PL 6083/2016**, que "altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para estabelecer critérios de individualização da produção de áreas do polígono do Pré-Sal que se estendam por área da União".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14h30

- **Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313/2025**, para debater a Medida que "altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio".

SENADO FEDERAL

QUINTA-FEIRA

14h

- **Comissão de Finanças e Tributação**, com audiência pública sobre "Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional - PBCSimples (PL 4447/2024)".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

>>> *Veja os destaques do Congresso. Clique nos títulos para ler detalhes:*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Nova lei garante validade permanente para mudanças nas normas do Imposto de Renda
- Comissão debate criação de contrato futuro de leite para reduzir riscos e fortalecer o setor

- Projeto revoga dispositivo que limita ações por improbidade administrativa
- Deputados aprovam preferência para proposta do Senado sobre tribunais de Contas; acompanhe
- Projeto de lei amplia crédito para pequenas e médias empresas
- Comissão aprova proposta que permite confisco de dinheiro do crime incorporado a empresas
- Motta reafirma compromisso de buscar a eficiência do setor elétrico, em conjunto com o Senado
- Câmara aprova projeto que prevê cobrança de tributo sobre o serviço de streaming audiovisual
- Projeto aprovado sobre serviços de streaming prevê cota para conteúdo nacional
- Câmara aprova projeto que restringe critérios para desapropriar propriedade rural
- Presidente da Câmara celebra aprovação de isenção do Imposto de Renda no Senado
- Deputado e especialistas afirmam que Pix parcelado aumenta risco de endividamento; assista
- Comissão aprova criação de novos instrumentos de crédito para pequenas e médias empresas
- Comissão debate regulamentação das cooperativas de seguros
- Comissão aprova ampliação de prazos e novas regras para proteção de cultivares
- Comissão aprova obrigação de obras licenciadas adotarem medidas de prevenção de desastres
- Cancelado debate sobre atuação do crime organizado no sistema financeiro

SENADO FEDERAL

- Produtores defendem crédito emergencial para suprir falta de seguro rural
- Senadores vão propor regras para mineração em terras indígenas
- Senado Aprova: Isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil
- Reforma do Código Civil: entenda o que está em debate e fuja das fake news
- Atualização do Código Civil deve garantir regras contratuais claras, aponta debate
- Senadores divergem sobre aumento da tributação sobre bets
- Davi: transição energética é oportunidade de aliar crescimento e justiça climática
- Ratificação de registro de terras públicas em faixas de fronteira volta à

Câmara

- Entenda as regras para isenção do Imposto de Renda e taxação de altas rendas
- Debatedores divergem sobre projeto que limita preço de energia de Itaipu
- Senado aprova MP do setor elétrico com abertura do mercado livre de energia
- Compartilhe este conteúdo no Whatsapp

AGRONEGÓCIO

- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.434, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2025: Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de frutos frescos de abacaxi (Ananas comosus) produzidos na Colômbia.
- PORTARIA MAPA Nº 797, DE 5 DE JUNHO DE 2025: Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Política de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, o Programa Cultivar MAPA, o Prêmio Ceres e sua Comissão Julgadora
- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.441, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2025: Institui a Política de Inovação da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária.
- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.439, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2025: Altera a Portaria SDA/MAPA nº 795, de 10 de maio de 2023, que define as normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para os estabelecimentos que elaborem produtos de abelhas e seus derivados.
- Mapa Conecta impulsiona redes de inovação e amplia oportunidades no agro — Ministério da Agricultura e Pecuária
- Entidades do Agro do Mercosul propõem ações conjuntas para fortalecer comércio e produção
- Reforma tributária desafia agronegócio e exige nova estratégia de crédito fiscal
- Exportações brasileiras batem recorde em outubro, apesar de tarifaço
- Gripe aviária: China retira suspensão à exportação de carne de aves brasileira

TELECOMUNICAÇÕES

- PORTARIA MCOM Nº 20.052, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025: Estabelece os objetivos estratégicos para o quinquênio 2022-2027 do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- Anatel lança White Paper e reforça compromisso com a segurança dos usuários
- Idec aciona Justiça contra Anatel por retrocessos nos direitos dos consumidores às telecomunicações

- Empresas de telemarketing terão que identificar ligações com nome
- Anatel publica Tomada de Subsídios para primeira edição do Sandbox Regulatório da Agência

TRANSPORTES

- PORTARIA Nº 825, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025: Institui grupo de trabalho para elaboração de propostas para a destinação de trechos ferroviários antieconômicos ou inutilizados da malha ferroviária federal que sejam objeto de devolução ao Poder Concedente no âmbito de repactuação, relicitação, outorga ou execução de contratos de concessão ferroviária.
- Com recorde de leilões em um único ano, ANTT realiza concessão da Rota Sertaneja
- ANTT aprova abertura de Consulta Pública para modernizar contrato de concessão da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR)

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci